
RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA COM PRÁTICAS AGROFLORESTAIS EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO SUL

Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários - AEPIM

Porto Alegre/RS

aepimrs@gmail.com

(51) 99844 5057 / (51) 99927 6735



Sumário

Sobre a Aepim	4
Resumo do projeto	7
Contextualização	9
Justificativa	11
Região de atuação e público-alvo do projeto	14
Objetivo Geral	26
Objetivos Específicos	26
Metodologia executiva	27
Resultados esperados	34
Cronograma executivo	36
Orçamento	37

**ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS E
PROJETOS COM
POVOS INDÍGENAS E
MINORITÁRIOS -
AEPIM**

CNPJ: 11.023.374/0001-49
(51) 99844-5057
aepimrs@gmail.com

ENDEREÇO

Rua José do Patrocínio, 373/815
Cidade Baixa - Porto Alegre/ RS

WEBSITE

www.aepim.org.br
contato@aepimrs.org.br

ESTRUTURA

Presidente

Felipe Oscar Brizoela

Vice-Presidente

Alexandre Peres Lima

Secretário

Rodrigo Rasia Cossio

Coordenação Geral

Bruno Ribeiro Marques, Gabriel Collares
Poester, Iana Scopel Van Nouhuyus

Conselho Fiscal

Catherine de Carvalho Meira, Lucas da
Rocha Ferreira

Equipe técnica executora:

Lucas da Rocha Ferreira (Coordenador técnico)

Telefone: (51) 99927 6735 / e-mail: lucasrochaf89@gmail.com

Doutor em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), Engenheiro Agrônomo, possui experiência com projetos de pesquisa participativa com agricultores ecologistas e povos indígenas na temática do desenvolvimento e manejo de Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Catherine de Carvalho Meira

Telefone: (51) 99844 5057 / e-mail: catherinemeira@gmail.com

Técnica em Gestão empresarial com ênfase em T.I, Graduanda em Ciências Sociais (UFRGS). É pesquisadora associada ao Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS), exerceu estágio na Divisão Indígena da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) e no Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI/RS), possui experiência em gestão administrativa e financeira, bem como acompanhamento da organização política das comunidades indígenas no Rio Grande do Sul desde 2016.

Guilherme Dal Sasso

Telefone: (51) 99332 0101 / e-mail: gui.sasso@gmail.com

Mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017) e em Comunicação Social - Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2010).

Carolina Silveira Costa

Telefone: (51) 99668 2563 / e-mail: lina.scosta59@gmail.com

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Desenvolvimento Rural no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS (PGDR/UFRGS), especialista em Gestão Pública com ênfase em Meio Ambiente e Energia (FMU) e Graduada em Gestão Ambiental pela Faculdade Cruzeiro do Sul. Atua em Projetos Socioambientais com Povos Indígenas há 8 anos e possui experiência nas áreas de Etnoecologia, Direitos Humanos; Desenvolvimento Sustentável; Conflitos Socioambientais e Sociobiodiversidade e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Pesquisadora associada à Sociedade Latinoamericana de Etnoecologia(SOLAE) e ao Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA/UFRGS).

Gabriel Collares Poester

Telefone: (51) 99333 3503 / e-mail: poestergabriel@gmail.com

Biólogo graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui experiência em Recuperação de Áreas degradadas, Agrofloresta, Agroecologia, Meliponicultura e Etnoecologia. Atua no apoio à gestão ambiental e territorial de terras indígenas e no apoio às Atividades Produtivas com coletivos Mbyá Guarani há 10 anos.

SOBRE

A Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários (Aepim) foi criada em 2009, e atua em parceria com coletivos e associações dos povos indígenas, quilombolas, pescadores(as) artesanais e agricultores familiares. A Aepim tem como princípio ético o protagonismo e a autonomia dos grupos junto aos quais atuam seus associados, e se coloca como instrumento das comunidades para, através da articulação institucional, construir espaços apropriados à participação comunitária e simétrica em projetos ou arenas públicas. Em se tratando da experiência com povos indígenas no Rio Grande do Sul, a Aepim desenvolve projetos, desde sua fundação, em parceria tanto com o povo Kaingang como a etnia Mbya Guarani.

Em conjunto com o povo Kaingang, cita-se o “Curso de extensão: reconhecimento e valorização do manejo florestal, do artesanato e da cultura Kaingang na grande Porto Alegre - Parceria com NIT/UFRGS - 2009”, que levou à participação da Aepim e acompanhamento dos Encontros de Kujás Kaingang que ocorreram em 2014 e 2016 na TI Morro do Osso em Porto Alegre; a partir de 2020, iniciou-se uma parceria com a Associação Goj Vêso Socioambiental, da aldeia Goj Vêso em Iraí, executando dois projetos, o “Plano de ação em segurança hídrica, segurança alimentar e o fortalecimento da economia da aldeia Goj Vêso” junto à Fiocruz, e o projeto “Segurança Hídrica, segurança alimentar e nutricional e fomento ao sistema do artesanato Kaingang” junto ao Fundo CASA.

Em conjunto com comunidades da etnia mbya guarani, a Aepim também participa de atividades culturais e encontros de formação, por exemplo com o projeto “Agrobiodiversidade e cultura mbya guarani: condições de produção, modos de transmissão e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional em comunidades no litoral norte do RS - Parceria com UFRGS, FUNAI, Centro de Trabalho Indigenista CTI/SP e EMATER - 2010 a 2012”. Em 2016, com o projeto “Nhemboaty Mbya kuery: teko ojevy angua regua, yy e'ë regua - Encontro Guarani: o passado-futuro na continuidade da cultura no território do litoral”, onde foram realizadas quatro grandes assembleias de formação cultural e política entre nove aldeias do litoral norte do Rio Grande do Sul.

Em 2019, em parceria com EMATER, CIMI, COMIN e outras organizações, a Aepim apoiou as lideranças femininas na realização do projeto “Encontro das Kunhangue: Mulheres mbya guarani”, tendo organizado dois encontros regionais, incluindo um Encontro Estadual de Mulheres Guarani, com participação de aproximadamente 100 mulheres indígenas na aldeia Para Roke (em Rio Grande/RS).

Em 2020 foi executado o projeto chamado “Nhemboaty Mbya Kuery - socioambiental e jovens lideranças”, também realizado em cinco aldeias do litoral norte do RS pequenos encontros internos em cada comunidade com o intuito de fortalecer o conhecimento tradicional mbya guarani através de atividades relacionadas ao tema da sociobiodiversidade e segurança alimentar e nutricional, com o plantio de mudas de árvores frutíferas e oficinas de plantas medicinais, todas ministradas pelos indígenas. Tanto as assembleias de formação como os encontros de mulheres buscam o fortalecimento do mbya reko (a cultura guarani), com as discussões relacionadas ao bem-viver nas aldeias, saúde tradicional e puã regua (sobre o uso das plantas medicinais e florestais).

Ademais, desde o início da pandemia da COVID-19, a Aepim vem atuando no apoio logístico de arrecadação e entrega de alimentos para comunidades em vulnerabilidade social. Em 2020, em parceria com o Instituto EDP, executou o projeto “Combate e mitigação à COVID-19 nas aldeias mbya guarani de Porto Alegre/RS e região metropolitana”, realizando ações em 11 aldeias, tendo cerca de 270 famílias beneficiadas. Todas aldeias envolvidas receberam duas remessas de cestas básicas com alimentos alinhados à cultura guarani, bem como sementes crioulas e ferramentas para fortalecimento da agricultura tradicional indígena.

No ano de 2021, foi executado o projeto “Nhemombaraeté Rekó Rã'i - Livro da Arte Visionária Mbya Guarani de José Verá”. O projeto foi aprovado através da Lei Aldir Blanc com o objetivo de produção, impressão e lançamento de um livro de ilustrações e histórias bilíngue guarani-português sobre a mitologia e a cultura do povo guarani. O livro dá voz ao desenhista e contador de histórias José Verá, morador da aldeia Nh'u Porã (Campo Molhado) e abre pauta para o tradutor guarani-português Francisco Alves, professor indígena. A obra contém 20 desenhos inéditos de José Verá, com as respectivas histórias.

Assim, de forma horizontal, multidisciplinar e intercultural, a Aepim vem acompanhando as movimentações sociais e as demandas locais. A Associação atua em ações que têm parceria e participação de instituições públicas do estado a nível estadual e federal, contudo, não recebe recursos públicos de fomento ou de qualquer natureza.

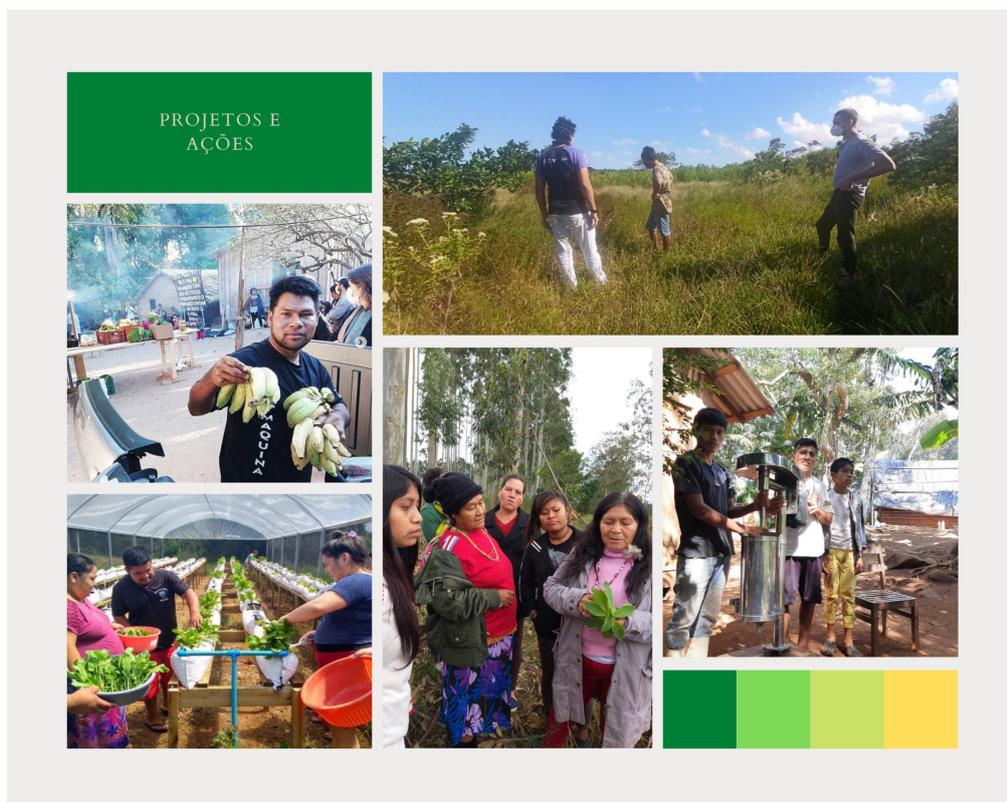


Figura 1: Registros de alguns projetos executados pela AEPIM no período 2020-21.

Restauração Ecológica com práticas agroflorestais em Territórios Indígenas no Rio Grande do Sul

Período de execução

janeiro/2022 - dezembro/2022

Resumo do projeto

O presente projeto busca estruturar ações de etnodesenvolvimento - com apoio à restauração ecológica e manejo agroflorestal - em quatro aldeias da etnia *mbya guarani* no Rio Grande do Sul: aldeia Varzinha (Caraá/RS), aldeia *Pindoty* (Riozinho/RS), aldeia *Nhu'u Porã*/Campo Molhado (Maquiné/RS) e a aldeia *Guajayvi Poty* (Canguçu/RS), assim como realizar ações de apoio à segurança alimentar, artesanato e agricultura tradicional nas aldeias em situação de acampamento do Irapuá (Caçapava do Sul/RS) e Aceguá (terra cedida pela prefeitura).

As três primeiras áreas citadas (Varzinha, Riozinho, Campo Molhado) estão localizadas na região do Litoral Norte, nas encostas da serra geral (no Bioma Mata Atlântica). Nesses locais, pretende-se realizar diversificação de pomares já implantados, plantio de erva-mate em sistema agroflorestal, bem como reposição florestal em áreas de capim. Sobretudo nessa região existe o componente de aprendizado interétnico e envolvimento dos jovens, mesclando nas oficinas a serem realizadas elementos do entendimento guarani da relação com a natureza com os componentes da agricultura *jurua* (utilização de insumos, sistemas de produção, comercialização, etc.).

O outro grupo de três aldeias se localiza na metade sul do estado (no Bioma Pampa). Na comunidade de Canguçu será realizada revitalização de um antigo viveiro comunitário deteriorado, ações de reposição florestal em áreas de retirada de acácia, apoio aos pomares diversificados e meliponicultura. Já os aldeamentos do Irapuá e Aceguá se localizam em áreas diminutas, onde o projeto prevê ações apoio com material para o artesanato, cestas básicas, sementes para plantio de pequenas roças, bem como prevê a integração dessas duas comunidades em trocas de experiência e nos encontros realizados nas outras aldeias.

O trabalho está organizado prevendo sua execução em 04 etapas de três meses cada: i) no primeiro trimestre haverá 04 oficinas (uma por comunidade - Varzinha, Riozinho, Campo Molhado e Canguçu) de apresentação do projeto, diagnóstico participativo, planejamento e preparo inicial das áreas; ii) no segundo trimestre serão realizadas visitas de campo para continuação do preparo das áreas de plantio, além de ser a etapa de realizar ações de apoio ao artesanato e distribuição de

alimentos e sementes em Aceguá e Irapuá; iii) na terceira etapa será realizada novamente uma rodada de 04 oficinas (uma em cada comunidade, da mesma forma que a primeira etapa), com foco nas práticas agroflorestais, sobretudo o trabalho de plantio das mudas de espécies nativas, e também atividades de meliponicultura e reformulação do viveiro em Canguçu; e iv) no último trimestre serão realizados dois encontros, sendo um encontro com as três aldeias na região Litoral Norte e outro encontro na aldeia de Canguçu na metade sul, com a presença das famílias de Irapuá e Aceguá.

Contextualização

Os *mbya guarani* ocupam o atual Rio Grande do Sul há aproximadamente dois mil anos (BAPTISTA et al., 2010)¹, parte do território amplo que se estendia também pelo Paraguai, norte da Argentina, e oeste de Santa Catarina e Paraná, sendo um povo que sofreu declínio populacional e um processo de desterritorialização bastante abrupto a partir da segunda metade do século XVIII. A colonização quase integral do território tradicional fez com que os *mbya guarani* se estabelecessem em áreas dispersas em todas as regiões do estado do Rio Grande do Sul, com marcante presença nas bacias dos rios Uruguai e Jacuí até às margens do Lago Guaíba e toda extensão costeira que abrange o complexo lacustre das Lagoas dos Patos, dos Quadros e dos Barros. As aldeias atuais, portanto, são parte de um processo de reterritorialização do povo Guarani que vem ocorrendo após quatro séculos de colonização do território tradicional pelo *jurua* (não-indígena).

Atualmente, a maioria das comunidades indígenas do Sul do Brasil encontra-se em situação de insegurança e vulnerabilidade social, inclusive alimentar. Mesmo o mínimo de autossuficiência em produção de alimentos, através das roças e manejo florestal, bem como a geração de renda, através do artesanato, tem sido um grande desafio para as comunidades, dado o pequeno número de terras demarcadas e o perfil degradado das áreas onde muitas comunidades foram assentadas nas últimas décadas, inviabilizando o acesso aos recursos naturais originários (*ka'aguy heté regua*) e ao modo de vida guarani (*mbya reko*).

Autores como Garlet (1997) e Catafesto de Souza (1998) demonstram que a adesão dos *mbya guarani* à estratégia de demarcação de terras pelos mecanismos constitucionais, por uma série de questões inevitáveis, se deu de forma paulatina a partir dos anos 1980, quando abandonam a condição estratégica de “invisibilidade” para buscar novas formas de relação e aliança com os *jurua* (Soares, 2012). A aldeia do Campo Molhado, em Maquiné, foi demarcada como Terra Indígena na década de 1990, e a Terra Indígena Varzinha, em Caraá, no início dos anos 2000. As aldeias de Riozinho e Canguçu encontram-se em áreas adquiridas como medida de compensação ambiental por conta da duplicação das rodovias BR-101 e BR-116, respectivamente. Em Caçapava do Sul, a comunidade do Irapuá vive em situação de acampamento às margens da rodovia BR-290, fora da

¹ BAPTISTA, Marcela M.; COSSIO, Rodrigo R.; GOBBI, Flávio S.; PRINTES, Rafaela B. Breves aspectos socioambientais da territorialidade mbya-guarani no Rio Grande do Sul. In: Coletivos guarani no Rio Grande do Sul – Territorialidade, Interetnicidade, Sobreposições e Direitos Específicos. Porto Alegre: Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2010.

Terra Indígena ainda em processo de demarcação pela FUNAI (sob posse dos não-indígenas). Em Aceguá, a comunidade vive da venda de artesanato em uma pequena área cedida pela prefeitura, com condições ambientais precárias e sem providências para que tenham alguma área para demarcação.

Esse processo de reterritorialização pela formação de acampamentos ou aldeamento em reservas trouxe novas formas de organização social, havendo uma mudança na forma de assimilação dos mecanismos institucionais nas aldeias, aceitando aos poucos as escolas, o uso do sistema de saúde convencional *jurua*, bem como as formas de plantio e agricultura não indígena. Do ponto de vista da etnoecologia *mbya guarani*, é importante mencionar que as plantas têm seus guardiões, “donos espirituais”, e que o plantio de mudas, extração de frutos, e a própria comercialização nem sempre são práticas desejáveis e podem trazer consequências negativas à comunidade. Além disso, há um posicionamento político histórico de algumas lideranças indígenas mais antigas, de que o trabalho de realizar restauração do ecossistema é do *jurua*, pois foram eles que destruíram a natureza, não sendo essa uma obrigação dos indígenas (COSSIO, 2015, p.21).

Logo, a presente proposta deve ser compreendida como parte de um contexto de exercício interétnico, de um processo recente de releitura das lideranças mais jovens sobre a relação com os projetos, visualizando uma oportunidade de restauração ecológica das aldeias como forma de criar condições mínimas para seu bem-viver e a cultura *mbya guani* nas condições atuais em que vivem no território. As quatro comunidades onde se realizarão as oficinas e os plantios agroflorestais, foram definidas levando em conta a relação prévia de suas lideranças com a equipe da Aepim, tendo sido a construção do projeto realizada a partir de diálogo anterior à submissão da proposta.

Justificativa

O projeto opera em três eixos relativos aos Temas Apoiáveis para a Reposição Florestal Obrigatória (RFO): i) a Restauração Ecológica e Conservação de ecossistemas; ii) Desenvolvimento de viveirismo comunitário e regional e iii) o desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais e do uso sustentável de produtos da sociobiodiversidade. Para além dos eixos atendidos, ele se mostra uma importante ferramenta para a preservação do patrimônio socioambiental que há nas áreas e regiões onde será desenvolvido.

O estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil e fronteira com Argentina e Uruguai, é a parcela de *Yvyrupa* (território *mbya guarani*) em que Mata Atlântica e Pampa se encontram. As aldeias Guarani localizam-se em ambos os biomas e seus respectivos ecótonos.

O domínio do bioma Mata Atlântica, que pode ser definido pela presença predominante de vegetação florestal, se estende por cerca de 37% do território gaúcho, ocupando a metade norte do estado, embora atualmente haja somente 7,5% de áreas remanescentes, com alto grau de fragmentação em relação à cobertura vegetal original. É considerada Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e apresenta uma biodiversidade oito vezes maior que a da Amazônia, constituindo-se em refúgio para inúmeras espécies endêmicas de fauna e flora, incluindo espécies ameaçadas de extinção. É de extrema importância para a conservação dos recursos hídricos e para o equilíbrio climático da área mais povoada do país (Atlas Socioeconômico do RS, 2021).

Já o Pampa representa mais de 63% do território riograndense, equivalente a 178 mil km², e se estende para a Argentina e o Uruguai (IBGE, 2004; Verdum et al, 2019). Segundo Plischk (1954), a palavra pampa é de origem quéchua com o significado de área plana, sem limites. Vasto e com paisagens heterogêneas, possui uma diversidade abundante com espécies de flora e fauna endêmicas (Bilenca & Miñarro, 2004). Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2014), nos dados da atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade no país, somente 3,6% de suas áreas prioritárias estão sob algum tipo de proteção - unidades de conservação ou terras indígenas, o que o caracteriza enquanto bioma menos protegido do Brasil.

O projeto em questão contempla ações previstas em ferramentas de gestão pública e colaborando para que estas políticas de conservação ambiental e manutenção da sociobiodiversidade local sejam executadas com uma maior eficácia. As aldeias do litoral norte estão no território abrangido pelo Plano De Ação Territorial Para Conservação De Espécies Ameaçadas De Extinção Do Planalto Sul

- pensado dentro do Bioma Mata Atlântica - enquanto as aldeias da metade sul encontram-se no território do Plano de Ação Territorial para Conservação de Espécies Ameaçadas da Campanha Sul e Serra Sudeste.

Ambos Planos de Ação são instrumentos de planejamento, elaborados de forma participativa, que contêm ações de conservação prioritárias a serem executadas por atores de diferentes segmentos da sociedade comprometidos com a conservação e o uso sustentável da biodiversidade (SEMA/RS).

Além disto, as aldeias *Nhu'u Porã* (Maquiné) e *Guajayvi Poty* (Canguçu) se localizam no território do Plano de Ação Nacional de Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul). O Pan Lagoas do Sul é uma ferramenta de gestão coordenada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que objetiva melhorar o estado de conservação das espécies ameaçadas e dos ecossistemas das lagoas da planície costeira do sul do Brasil, promovendo os modos de vida sustentáveis e/ou tradicionais. O PAN também prevê o fortalecimento de ações e políticas intersetoriais de valorização dos modos de vida tradicionais sustentáveis no território, incluindo subsídios para a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

A sobreposição da territorialidade indígena com os territórios prioritários abrangidos pelos PATs e Pan Lagoas do Sul confere ao projeto a capacidade de potencializar e difundir dinâmicas de conservação e restauração ecológica. A literatura recente vêm apontando que os povos indígenas não possuem um papel meramente passivo nas dinâmicas de conservação ambiental, mas forte agência em processos de biodiversificação² dos territórios em que habitam. Suas práticas agrícolas tradicionais são fomentadoras da agrobiodiversidade, do mesmo modo que o manejo que fazem da mata nativa são vetores de diversificação genética saudáveis para os ecossistemas. Na cultura *mbyá guarani*, para que uma área de aldeia (*tekoá*) seja considerada ideal para que se desenvolva o modo de vida deste Povo, é imprescindível a presença das *Kaàguy ete*: Matas verdadeiras, primárias e férteis com plantas medicinais, frutos, cipós e as árvores de porte - abrigando maior diversidade

² Segundo o relatório (<https://ipbes.net/news/Media-Release-Global-Assessment>) da plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) apoiado pela ONU, o declínio da biodiversidade em áreas indígenas é menos acelerado se comparado com outros lugares. Isso se deve em parte a séculos de conhecimento tradicional e, em muitas comunidades, a uma visão predominante de que a natureza é sagrada. Esse conhecimento, "*engloba formas práticas de garantir o equilíbrio do meio em que vivemos, para que possa continuar a prestar serviços essenciais como água, solo fértil, alimentação, abrigo e medicamentos*", Siham Drissi, Oficial do Programa de Biodiversidade e Gestão de Terras do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

possível de espécies vegetais com relações etnoecológicas com os guarani. (Printes, 2020.p.74) Considerando que as poucas comunidades guarani no Rio Grande do Sul que tiveram reservas demarcadas recentemente foram assentadas em áreas degradadas, o papel das comunidades indígenas na restauração dos ecossistemas fica ainda mais evidente (Soares, 2019)³. Por último, cabe destacar que as aldeias do Litoral Norte do RS estão localizadas próximas a diversos agentes da sociobiodiversidade tais como agricultores familiares agroecológicos, coletores de pinhão, quilombolas e pescadores artesanais e também a várias áreas e unidades de Conservação, como a Reserva Biológica da Serra Geral, o Parque Estadual de Itapeva, a Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa, Estação Ecológica Estadual de Aratinga, APA Rota do Sol e Apa do Morro de Osório, o que traz potência para resultados a longo prazo do impacto do projeto.

³ SOARES, Mariana de A. Onde há mato é terra de Guarani ou onde têm Guarani há mato? Reflexões sobre processo de territorialização mbya Guarani no Rio Grande do Sul. In: MAIDANA, Carolina. Derechos indígenas y patrimonio cultural. - La Plata: EDULP, 2019.

Região de atuação e público-alvo do projeto

Os *mbya guarani* estão presentes no Rio Grande do Sul em cerca 56 aldeias - entre terras indígenas demarcadas, reservas, áreas dominiais, terras cedidas, acampamentos e novas reafirmações territoriais - praticamente em todas as regiões do estado. No caso do presente projeto, serão trabalhadas duas Terras Indígenas demarcadas pela FUNAI, duas reservas indígenas criadas em áreas adquiridas como medida de compensação de obras do DNIT, e dois acampamentos que aguardam providências. Três aldeias são localizadas na Mata Atlântica e três localizadas no Pampa, assim contemplando os dois biomas que formam o estado.

Na região da Mata Atlântica, localizam-se as duas Terras Indígenas (Varzinha e Campo Molhado) e uma Reserva adquirida como compensação da duplicação da BR-101 (Riozinho). Essas áreas são importantes na luta pelo território dos *mbya guarani*, pois apresentam fragmentos de floresta em uma região considerada sagrada e de presença ancestral indígena, ainda mais considerando o contexto atual do difícil acesso à terra. Conforme pode ser visto na figura a seguir, as áreas são próximas umas das outras, permitindo visitas entre parentes, a troca de sementes, artesanatos, e outros bens, conformando redes de trocas simétricas.

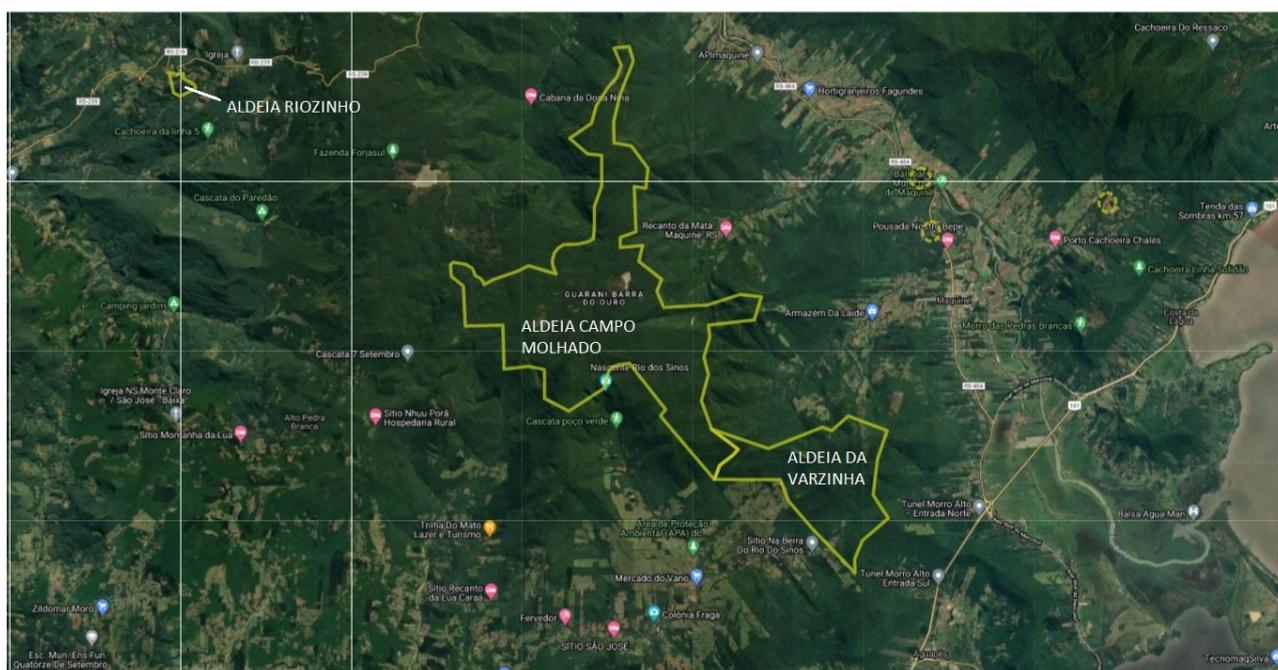


Figura 2: três aldeias participantes do projeto da região Litoral Norte. Fonte: <https://guarani.map.as/>

Essas conquistas territoriais, no entanto, são apenas um primeiro passo para retomada das condições adequadas para viver de acordo com a cultura *mbya guarani*. Ainda persistem muitas dificuldades tanto do ponto de vista da infra-estrutura (nas casas, sistema de energia, saneamento básico), quanto

nos aspectos de inserção no mundo *juruá*, como acesso à renda, direitos básicos e fomento de atividades agrícolas. No presente projeto, pretende-se desenvolver práticas agroflorestais, como forma de restauração ecológica e possibilidade futura de produção agroflorestal para comercialização, nas áreas mais próximas aos núcleos habitacionais, onde são realizadas as atividades de agricultura.

A Terra Indígena da Varzinha, localizada no município de Caraá, possui área de 776 hectares, onde residem 06 famílias, aproximadamente 30 pessoas (esse número deve crescer nos próximos meses, com a iminência da mudança de novas famílias oriundas de outras aldeias). Nessa aldeia, estão previstas ações de reposição florestal de 02 hectares de áreas tomadas pelo capim *Brachiaria*, gramínea forrageira exótica de difícil remoção, realizando plantio de espécies florestais nativas. A foto a seguir ilustra uma das glebas com predominância de *brachiaria*, próximo a um núcleo habitacional, e ao fundo a floresta nativa em regeneração que se estende ao longo da paisagem.



Figura 3: área para recuperação florestal na paisagem da aldeia da Varzinha, município de Caraá/RS. Foto: Aepim, 2021.

Além da recuperação das áreas com *brachiaria*, está previsto o enriquecimento de 02 hectares de pomar agroflorestal, sobretudo nas áreas mais próximas dos núcleos habitacionais, mesclando frutíferas comerciais como banana, laranja, e bergamota (que já estão plantadas), com espécies florestais nativas que também são consideradas de importância cultural para as comunidades indígenas. Além das frutíferas nativas para consumo futuro da comunidade, outra demanda é o plantio de erva-mate para incrementar a diversidade dos produtos agroflorestais, sendo uma espécie de interesse, mas com pouca presença nessa Terra Indígena.

A imagem a seguir ilustra uma gleba de um pomar já implementado pela comunidade da Varzinha, mas que a demanda é qualificação do manejo com adubação orgânica, cobertura do solo e de enriquecimento com frutas nativas:



Figura 4: área de pomar a pleno sol, cuja demanda é qualificação do manejo e enriquecimento com frutíferas nativas e erva-mate, na aldeia da Varzinha, município de Caraá/RS. Foto: Aepim, 2021.

A *Tekoá Nhu'u Porã*, Terra Indígena Campo Molhado, localizada entre os municípios de Riozinho e Maquiné, tem aproximadamente 2270 hectares demarcados, onde vivem 06 famílias, cerca de 31 pessoas. A TI apresenta quantidade significativa de vegetação nativa com espécies arbóreas da Mata Atlântica, em especial a araucária, pinheiro brasileiro, com algumas manchas de erva-mate em baixa densidade, que foram plantadas pela comunidade. As famílias desenvolvem a confecção artesanal da erva-mate em pequena escala através de um cultivo comunitário, tendo já o apoio de pequenos projetos ambientais, assim como a coleta do pinhão no inverno. A demanda é adensar as glebas em regeneração com erva-mate, em pelo menos 02 hectares, visando aumento da produção futura e geração de renda das famílias.

A figura a seguir mostra área uma das áreas de manejo em estágio inicial de regeneração, com uma árvore de erva-mate no primeiro plano (à esquerda), e outro exemplar no centro do terreno, sendo objetivado o plantio de outros exemplares, preenchendo o espaço em aberto.



Figura 5: uma das áreas indicadas pela comunidade para realizar roçada seletiva da capoeira e enriquecimento com erva-mate na Terra Indígena Campo Molhado, Barra do Ouro. Foto: Aepim, 2021.

Além da erva-mate, há o interesse da comunidade em plantar ao menos 02 hectares com frutíferas nativas e espécies florestais de interesse para o artesanato guarani, mesmo que sejam espécies de ciclo longo, mas que possam ser usadas pelas gerações futuras de moradores da aldeia, assim potencializando a *kaàguy porã* - Matas saudias, boas, com *ka'aguy heté* ainda abundantes, onde vivem os animais originais em sua diversidade. Gobbi et al. (2010, p. 25). Na tabela abaixo são

apresentadas algumas plantas importantes no sistema da cultura *mbya guarani*, que servirá de referência para escolha das espécies que irão compor o pomar agroflorestal:

Nome Popular	Nome Guarani	Nome Científico
Angico; Angico-vermelho	Karupá pity/Kurupa'y	Parapiptadenia rigida (Benth.) Brenan
Yvyra pytã	Canafistula	Peltophorum dubium (Spreng.) Taub.
Taquara ou Bambu	taquaruçú	Bambusa vulgaris Schr.
Araticum	Araxiku	Annona sylvatica A. St.-Hil
Araticum	Araxiku	Annona neosalicifolia H.Rainer
Cobrina; forquilha; jasmim-cata-vento	Pipi guaxu	Tabernaemontana catharinensis DC.
Erva-mate; yerba	Ka'a	Ilex paraguariensis A. St.-Hil.
Cipó-imbé; imbé	Güembe	Philodendron bipinnatifidum Schott ex Endl
Jerivá; coqueiro	Pindo; guapytã (fruta)	Syagrus romanzoffiana (Cham.) Glassman
Bocaiúva	Mbokaja	Acrocomia aculeata (Jacq.) Lodd. ex Mart.
Cipó-mil-homens	Yxyro reakua	Aristolochia triangularis Cham.
Guajuvira	Guajayvi	Cordia americana (L.) Gottshling & J.E.Mill
Mamoeiro-do-mato	Jaracaxi'y	Vasconcellea quercifolia A. St.-Hil.
Jaracatiá; mamão-do-mato	Jaracaxi'y	Jacaratia spinosa (Aubl.) DC.
Guabiroba	Guavira	Campomanesia xanthocarpa O.Berg
Cerejeira do mato	Yvyra jepiro	Eugenia involucrata DC.
Eugenia uniflora L.	Pitanga; nhanga piry	Eugenia uniflora L
Guabiju	Yvaviju	Myrcianthes pungens (O.Berg) D. Legrand
Araçá	Araxa pytã; araxa	Psidium cattleianum Sabine
Goiaba	Araxa guaxu	Psidium guajava L.
Guapuriti; guaboriti	Guaporoity	Plinia rivularis (Cambess.) Rotman
Guabirobinha	Guavira'i	Campomanesia rhombea O.Berg
Jaboticaba	Yvapuru	Plinia peruviana (Poir.) Govaerts

Araçá-do-mato	Yvyra jepiro	Myrcianthes gigantea (D. Legrand) D. Legrand
Aroeira-vermelha	Yryvaja rembi'ú	Schinus terebinthifolius Raddi
Pau-leiteiro	Kurupika'y	Sapium glandulosum (L.) Morong
Cabreúva	Yvyra karai; yvyra paje	Myrcarpus frondosus Allemão
Cedro	Yary/Ygary	Cedrela fissilis Vell.
Louro	Ajuy	Cordia trichotoma



Figura 6: um dos pomares na TI Campo Molhado, Barra do Ouro, onde pretende-se enriquecer com espécies frutíferas nativas e de interesse para artesanato. Foto: Aepim, 2021.

Já na *Tekoa Pindoty*, no município de Riozinho, são apenas 24 hectares de área, onde 04 famílias somam 20 pessoas morando na Terra Indígena. É uma área menor, em comparação às outras duas aldeias dessa região, mas que também apresenta configuração de mosaico entre fragmentos florestais entre diversas glebas de manejo para agricultura, poteiros e de capoeira em regeneração. Nessa comunidade, há presença de erva-mate em algumas manchas nas capoeiras em estágio inicial e médio, que foram plantadas há 05 anos, mas onde não houve manejo continuado. Hoje a erva-mate encontra-se em ponto para primeira colheita, que pode ser tanto para consumo quanto comercialização, sendo a demanda, além de iniciar a produção artesanal, fazer roçada seletiva da capoeira e plantio de ao menos 02 hectares de erva-mate.



Figura 7: mancha de erva-mate, em ponto de colheita, localizada em capoeira não manejada na aldeia Pindoty, Riozinho/RS. Foto: Aepim, 2021.

Além de 02 hectares de sistema agroflorestal tendo a erva-mate como espécie-chave, pretende-se implantar outros 02 hectares de agrofloresta diversificada, com plantio de espécies pioneiras (como ingá e aroeira), mesclado com espécies frutíferas nativas (araticum, araçá, gabiju, dentre outras) e espécies florestais de interesse para artesanato (cedro, canjerana, camboatá-vermelho e outras).



Figura 8: indicação de área de capim recém roçado, próximo às casas, com planejamento futuro para o plantio de pomar com frutíferas e florestais nativas na aldeia Pindoty, Riozinho/RS. Foto: Aepim, 2021.

Já na região sul, no bioma Pampa, o projeto irá atuar em uma reserva indígena adquirida pelo poder público, aldeia *Guajaivi Poty*, em Canguçu, e dois aldeamentos que aguardam providências, os acampamentos em Irapuá e Aceguá. A aldeia *Guajaivi Poty* encontra-se em uma área adquirida pelo DNIT há menos de dez anos, como medida de compensação ambiental da duplicação da BR-116 para as comunidades atingidas pela obra. Possui 131 hectares com algumas porções de mata nativa. No entanto, boa parte da terra era voltada ao cultivo de acácias, possuindo também porções de solo degradado. A aldeia conta com 10 famílias e cerca de 40 pessoas.

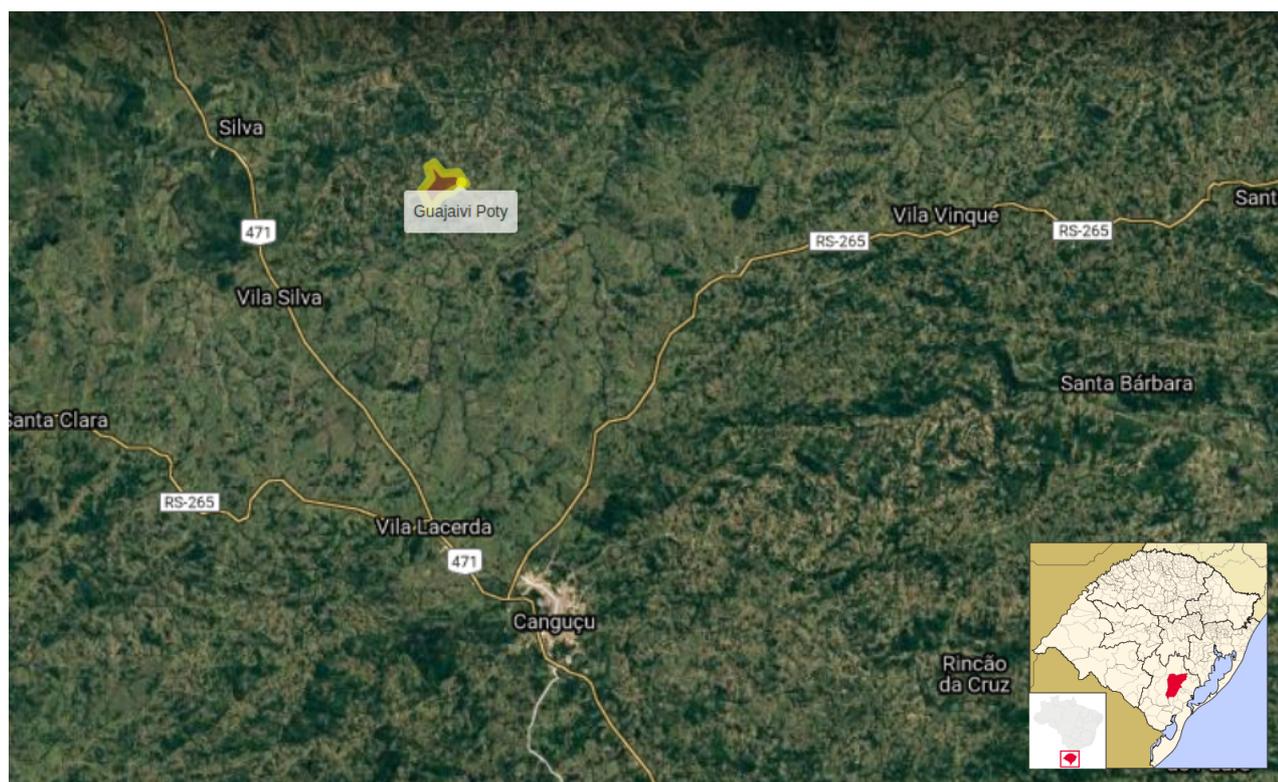


Figura 9: localização da aldeia *Guajaiivi Poty*, Canguçu/RS. Fonte: <https://guarani.map.as/>

Essa aldeia vem sendo reflorestada e manejada pelos *mbya guarani*, convergindo para a demanda por restabelecimento da sucessão ecológica com apoio à reestruturação dos solos e reposição florestal com foco em espécies nativas pioneiras, desenhando agroflorestas com base na sua função ecossistêmica e visando a criação futura de fragmentos de mata manejável. A figura a seguir mostra o mosaico das áreas em regeneração florestal.



Figura 10: mosaico dos fragmentos de floresta em diferentes estágios de regeneração na aldeia *Guajaivi Poty*, Canguçu. Foto: Aepim, 2021.

Na aldeia *Guajaivi Poty*, as ações prioritárias são a recuperação de 02 hectares de mata nativa em área de predomínio anterior do cultivo de acácias, espécie de árvore exótica, através da recuperação do solo e reflorestamento, e também outros 02 hectares de implantação de pomares agroflorestais biodiversos, com prioridade para frutíferas nativas, mas também florestais de interesse para madeira e artesanato. Nessa comunidade existem duas demandas mais específicas que complementam as ações, que é a inserção da meliponicultura da espécie Jataí nas áreas de agrofloresta, bem como a revitalização de um viveiro existente, conforme ilustrado na foto abaixo.



Figura 11: cacique mostrando viveiro na aldeia *Guajaivi Poty*, Canguçu. Ao fundo mosaico dos fragmentos de floresta em diferentes estágios de regeneração.

Por fim, as outras duas comunidades que participarão do projeto são os acampamentos do Irapuá e Aceguá. São áreas em vulnerabilidade social, onde os indígenas não têm seu direito territorial assegurado. A comunidade do Aceguá é composta por 06 famílias (21 pessoas) em uma área cedida pela prefeitura em situação de precariedade de moradia, saneamento básico e acesso à água potável. A renda é da comercialização de artesanato nos municípios de Aceguá e Bagé. Recentemente, o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN) realizou ações de doação de cestas básicas, sementes e foi instalado uma bomba para ter água potável e encanamento.

No Irapuá, as famílias moram nas margens da rodovia BR-290, fora do polígono da área que está em demarcação, que hoje encontra-se sob posse dos não-indígenas. A figura da próxima página mostra o mapa sinalizando a área em processo de demarcação, e o ponto onde fica o acampamento do outro lado da BR-290. No acampamento sobrevivem da renda do artesanato e doações de parceiros. Constantemente são realizadas ações pelo COMIN e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de distribuição de alimentação e sementes em parceria com o Movimento de Pequeno Agricultores (MPA).

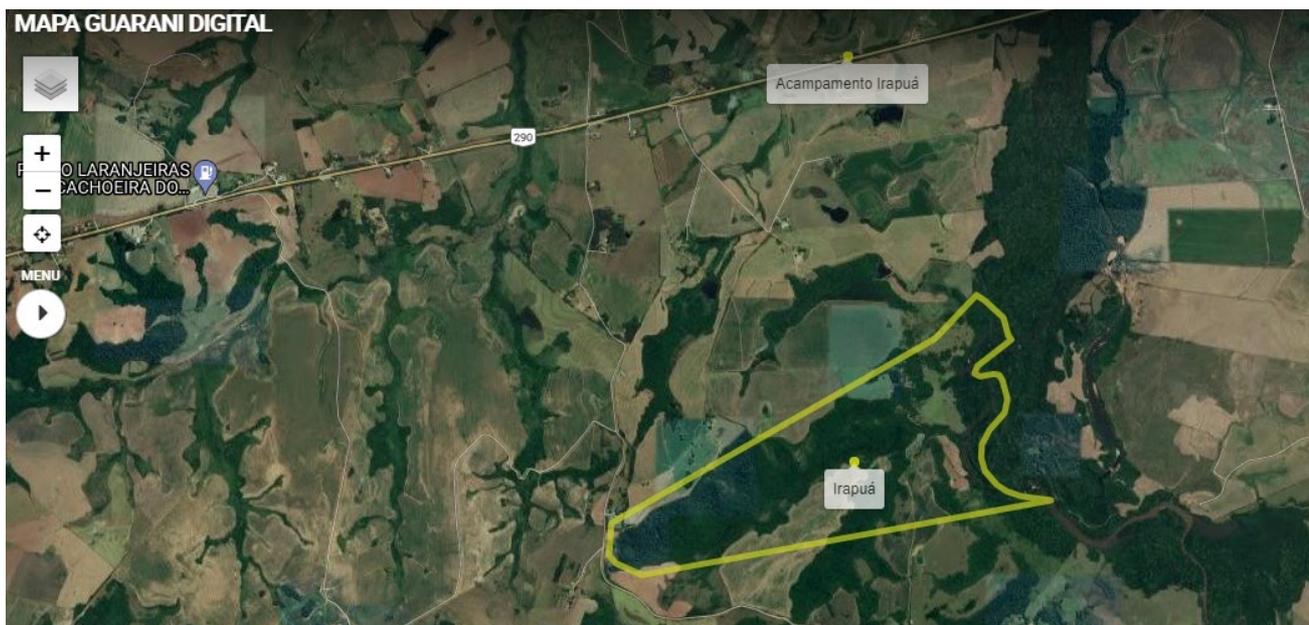


Figura 12: localização do acampamento Irapuá, localizado fora do perímetro da Terra Indígena em processo de demarcação, Cachoeira do Sul/RS. Fonte: <https://guarani.map.as/>

As ações do projeto nessas áreas são mais restritas em comparação com as outras aldeias, sendo organizada apenas uma oficina em cada acampamento para entrega de material para o artesanato, roda de conversa com a comunidade, e cestas básicas e sementes, conforme parceria com MPA. Essas ações são de grande importância do ponto de vista da consolidação da territorialidade guarani: a geração de uma renda mínima através do fortalecimento do artesanato e o apoio na agricultura tradicional incidem sobre pilares essenciais da reprodução social indígena. E a consolidação da territorialidade guarani nessas áreas, por sua vez, é altamente estratégica do ponto de vista da conservação e restauração dos biomas em que incide, possibilitando também abertura para novas ações e projetos com essas comunidades, sobretudo em um contexto de efetivação de seus direitos territoriais.

Objetivo Geral

Promover a restauração ecológica em quatro aldeias indígenas *mbya guarani*, através de práticas agroflorestais e do viveirismo comunitário, de modo articulado com as diretrizes do Plano De Ação Territorial Para Conservação De Espécies Ameaçadas De Extinção Do Planalto Sul (PAT Planalto Sul) e do Plano de Ação Territorial para Conservação de Espécies Ameaçadas da Campanha Sul e Serra Sudeste (PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste), além do apoio ao artesanato e à segurança alimentar de duas comunidades em situação de acampamento;

Objetivos Específicos

- Apoiar práticas agroflorestais e diversificação da agricultura em 04 aldeias *mbya guarani*, através do preparo do solo, reposição florestal em áreas degradadas, enriquecimento de pomares já implantados, manejo de capoeira, meliponicultura e viveirismo;
- Organizar oficinas de troca de experiências entre as técnicas não-indígenas de agricultura e recuperação ecológica, com a visão *mbya guarani* do território e da relação com a natureza;
- Fomentar a participação comunitária em projetos socioambientais, através do envolvimento dos jovens indígenas;
- Apoiar o artesanato indígena e agricultura de subsistência nos acampamentos de Aceguá e do Irapuá;
- Elaborar um diagnóstico socioambiental e plano de restauração ecológica para cada uma das seguintes aldeias: Varzinha (Caraá/RS), aldeia *Pindoty* (Riozinho/RS), aldeia *Nhu'u Porã/Campo Molhado* (Maquiné/RS) e aldeia *Guajaivi Poty* (Canguçu/RS);
- Sistematizar informações para auxiliar o planejamento territorial nas aldeias, bem como a execução de políticas públicas a nível regional e estadual que contemplem questões ambientais e as populações indígenas locais;

Metodologia executiva

As ações previstas foram elaboradas a partir da conciliação de demandas comunicadas pelos indígenas com as diretrizes para conservação e recuperação ambiental dos biomas que caracterizam o estado. A metodologia de execução está organizada em torno do calendário agrícola e de reflorestamento das aldeias para o ano de 2022, sendo pensados em 04 momentos de atividades a serem elaboradas e executadas sempre de forma bastante dialogada:

Etapa nº 1 (jan-fev-mar) - Apresentação do projeto e planejamento participativo nas aldeias da Varzinha, Campo Molhado, Riozinho e Canguçu

No início do projeto serão realizadas oficinas com duração de três dias em cada uma das 04 comunidades. No primeiro dia de oficina se prioriza a conversa mais individualizada com o cacique, geralmente acompanhada de um *xeramoï* (liderança mais velha, conselheiro), para apresentar o projeto, a forma como o recurso será distribuído e as ações que estão previstas. A figura a seguir mostra a equipe da Aepim apresentando um projeto no Campo Molhado, sendo debatido na língua guarani. Nessa conversa, além da apresentação do projeto, espera-se entrevistar as lideranças perguntando sobre o entendimento dos *mbya guarani* na relação com a natureza e as espécies florestais, e qual seu entendimento sobre participação em projetos socioambientais e da agricultura *jurua*.



Figura 13: apresentação de um projeto desenvolvido pela Aepim na comunidade Campo Molhado, Barra do Ouro. Foto: Aepim, 2021.

No segundo dia de oficina se prioriza uma conversa com a comunidade em geral, onde as lideranças (cacique e ancião) explicam para os demais, na língua guarani, quais serão as ações realizadas e abrem espaço para comunidade tirar dúvidas e dialogar com a equipe executora. Nesse momento de reunião pretende-se que a comunidade indique quais os jovens que irão se dedicar ao trabalho de manejo. A título de exemplo de como ocorrerá a atividade, na figura a seguir se apresenta uma reunião da equipe da Aepim na comunidade da Varzinha em 2021.



Figura 14: apresentação de um projeto desenvolvido pela Aepim na comunidade da Varzinha, Caraá/RS. Foto: Aepim, 2021.

No terceiro dia, são realizadas as caminhadas com cacique e lideranças para marcação das áreas de manejo pelo projeto, bem como coleta dos solos, levantamento fitossociológico e registros fotográficos da paisagem.

Etapa nº 2 (abr-mai-jun): preparo das áreas, organização dos dados e ações para Irapuá e Aceguá:

Na segunda etapa serão realizadas atividades de preparo das áreas, com a roçada seletiva das capoeiras (priorizando a erva-mate), bem como roçada das áreas com capim e plantio da adubação verde. Ademais, serão feitas as compras de adubo orgânico e calcário, de acordo com a avaliação da análise química do solo em diálogo com o entendimento dos indígenas sobre a quantidade e forma de adubação do terreno.

Nessa etapa, haverá uma divisão da equipe técnica, sendo dois integrantes responsáveis pelo acompanhamento de campo do preparo das áreas, recebimento do adubo e do calcário nas aldeias, manutenção do diálogo com caciques e os jovens, enquanto os outros membros da equipe trabalham na organização dos dados, confecção dos mapas e transcrição das entrevistas, elaborando uma primeira versão dos diagnósticos socioambientais.

Além disso, haverá as atividades referentes às comunidades de Irapuá e Aceguá. A intenção é que a equipe da Aepim se desloque para os acampamentos para realização de um pequeno

encontro/oficina de diálogo com as lideranças e comunidades, com entrega dos materiais para o artesanato indígena, cestas básicas, ferramentas e sementes para fortalecimento da agricultura de subsistência das famílias.

Etapa nº 3º (jul-ago-set): Oficinas práticas de manejo agroflorestal e fortalecimento dos produtos da sociobiodiversidade:

A terceira etapa será de realização de nova rodada de oficinas de duração de três dias em cada uma das 04 comunidades, seguindo a mesma metodologia da primeira etapa. No primeiro dia de oficina, se dá preferência ao diálogo com as lideranças, apresentando a primeira versão do diagnóstico socioambiental recebendo retorno para modificações e qualificação do documento. No segundo e terceiro dia, pretende-se realizar ações de práticas agroflorestais, com foco no plantio das mudas de erva-mate e espécies florestais nativas de interesse dos *mbya guarani*.

Os momentos de plantio buscam envolvimento da comunidade, havendo trocas de experiência sobre técnicas da de restauração florestal e da agricultura *jurua* em comparação com os métodos tradicionais indígenas. Algumas questões que podem surgir, por exemplo: manutenção da cobertura do solo *versus* o uso do fogo; a compreensão dos indígenas sobre as podas das espécies florestais; entendimento *mbya guarani* sobre o uso de agrotóxicos, calcário e adubação; utilização de maquinário; como tratar a comercialização de plantas, etc;

Etapa nº 4º (out-nov-dez): Encontros de trocas de experiência e avaliação do projeto, finalização dos relatórios e entrega dos produtos finais:

Na última etapa serão organizados dois encontros de troca de experiência e avaliação final do projeto. Ocorrerá um encontro em cada região, um no litoral norte com as três comunidades e alguns caciques da região convidados, e outro na aldeia de Canguçu com a presença das comunidades de Irapuá e Aceguá, bem como outros caciques convidados da região.

Os encontros estão previstos para ocorrer em dois dias. O modo realizado pelos *mbya guarani* prevê um primeiro dia de recepção dos convidados e conversas na língua nativa para troca de experiência entre as comunidades. No segundo dia os *mbya guarani* convidarão instituições parceiras para dialogar sobre a continuidade dos projetos. A foto a seguir é um exemplo de um encontro que a Aepim acompanhou sobre educação entre os professores indígenas e representantes da Secretaria de Educação do Estado.



Figura 15: exemplo de uma assembleia realizada pelas comunidades *mbya guarani* do litoral norte para debate sobre as políticas de educação indígena. Foto: Aepim, janeiro de 2020.

No presente projeto os encontros versarão sobre reposição florestal, agroflorestas e agricultura indígena. Serão convidados parceiros da sociedade civil com atuação na área da sociobiodiversidade que já manifestaram interesse à Aepim de se aproximarem das comunidades guarani da região, como o Centro Ecológico, de modo a ampliar as parcerias e redes ecológicas do território. Também serão convidados representantes da SEMA, das prefeituras e escritórios locais da EMATER, entidades que já atuam junto às aldeias e são constantemente demandadas no apoio à agricultura tradicional. Os diagnósticos elaborados pela Aepim no projeto serão compartilhados com os convidados e lideranças indígenas.

Todos os dados coletados, técnicos e sociais, serão processados e utilizados no diagnóstico socioambiental, que terá sua escrita finalizada na Etapa 4. O objetivo do diagnóstico é corroborar para as futuras parcerias e servir de instrumento para que a comunidade possa ter mais autonomia na governança territorial em diálogo com os diversos parceiros. Ele será elaborado como um instrumento que permite conhecer o patrimônio biocultural das aldeias onde será desenvolvido o projeto de reposição florestal. É um instrumento de informações, de caráter quantitativo e qualitativo específico para a realidade destas comunidades, que revela sua particularidade histórica e que reflete a relação dos mbyá guarani com o território e todos os recursos naturais (ka'aguy rete) existentes nele.

O diagnóstico socioambiental como produto final pode servir como base para elaboração futura de um Plano de Gestão Ambiental Territorial (PGTA), instrumento com o qual as aldeias ainda não contam.

A tabela a seguir resume as atividades e os resultados esperados em cada uma das etapas:

Etapas	Ações	Resultados Esperados
1 - Apresentação do projeto e planejamento participativo nas aldeias da Varzinha, Campo Molhado, Riozinho e Canguçu	Oficina de 03 dias com cada comunidade mediada pelos Caciques: Caminhada na aldeia; Registros Fotográficos; Pontos de Gps; Coleta de Solos; Realização de entrevistas; Conversa com a comunidade;	Apresentação do projeto; Escolha e delimitação das áreas; Levantamento das espécies florestais e agrícolas; Construção de um calendário e plano de manejo; Troca de conhecimento técnico intercultural;
	Reunião da equipe técnica	Análise da Fertilidade do Solo; Sistematização do calendário de atividades e informações do campo; Iniciar elaboração dos diagnósticos socioambientais das aldeias; Relatórios parciais financeiro e de atividades;
2 - Preparo das áreas, organização dos dados e ações para Irapuá e Aceguá:	Análise das informações; Revisão bibliográfica; Confecção dos mapas; Transcrição das entrevistas;	Elaboração da primeira versão dos 04 diagnósticos socioambientais (Vorzinha, Campo Molhado, Riozinho e Canguçu);
	Dias de campo e acompanhamento do trabalho de preparo das áreas: Preparo do solos com calcário e composto orgânico; Roçada de áreas com capim; Semeadura de adubação verde; Roçada seletiva das áreas de capoeira; Abertura dos buracos e demarcação do local de plantio das mudas;	Finalização do preparo das áreas para plantio nas aldeias da Varzinha, Campo Molhado, Riozinho e Canguçu; Troca de conhecimento intercultural sobre técnicas de manejo ecológico do solo, fertilização e o método <i>mbya guarani</i> de preparo dos solos;

	<p>Entrega de material para confecção de artesanato nas aldeias de Aceguá e Irapuá;</p> <p>Distribuição de sementes para as duas comunidades;</p> <p>Distribuição de cestas básicas para as duas comunidades;</p>	<p>Geração de renda para os dois acampamentos;</p> <p>Apoio ao plantio das roças tradicionais;</p> <p>Mitigação da condição de vulnerabilidade social e insegurança alimentar;</p>
<p>3 - Oficinas práticas de manejo agroflorestal e fortalecimento dos produtos da sociobiodiversidade</p>	<p>Oficina de 03 dias com cada comunidade mediada pelos Caciques:</p> <p>Roçada da adubação verde e plantio das mudas de espécies florestais;</p> <p>Oficina de meliponicultura e construção do viveiro na comunidade Canguçu;</p>	<p>Implantação de 06 hectares de erva-mate em diferentes arranjos agroflorestais nas três aldeias do litoral norte;</p> <p>Implantação de 06 hectares de pomar agroflorestal biodiverso nas três aldeias do litoral norte;</p> <p>Implantação de 02 hectares de sistemas agroflorestais;</p> <p>Reestruturação do viveiro comunitário em Canguçu;</p>
<p>4 - Encontros de trocas de experiência e avaliação do projeto, finalização dos relatórios e entrega dos produtos finais</p>	<p>Encontro na região do Litoral Norte em uma das 03 comunidades participantes do projeto e outros convidados.:</p> <p>Encontro na região metade sul na aldeia de Canguçu com participação das comunidades de Aceguá e Irapuá e outros convidados.</p>	<p>Discussão interna entre as comunidades;</p> <p>Apresentação dos resultados e produtos finais às comunidades;</p> <p>Avaliação conjunta das ações realizadas;</p> <p>Planejamento de manutenção das ações e projetos futuros;</p> <p>Diálogo sobre projetos socioambientais e governança do território entre lideranças e com organizações parceiras;</p> <p>Entrega dos 04 diagnósticos socioambientais às instituições convidadas, como SESAI, Prefeitura, ONGs etc.</p>
	<p>Reuniões da equipe técnica</p>	<p>Avaliação Final da equipe;</p> <p>Finalização dos relatórios finais financeiro e de atividades;</p> <p>Entrega dos produtos finais para SEMA e empresa contratante;</p>

Resultados esperados

- Resultado 01: Implantar 16 hectares de sistemas agroflorestais diversificados (04 ha por comunidade), subdivididos da seguinte maneira:

02 hectares de pomar de citros já implantados que serão enriquecidos com espécies florestais nativas na Aldeia da Varzinha (Caraá) (frutíferas comerciais estão dispostas no espaçamento de 4m x 4m, serão plantadas 156 mudas de espécies florestais nativas com espaçamento de 8m x 8m);

02 hectares de áreas degradada, onde será realizada roçada do capim brachiaria, correção da fertilidade do solo e plantio de espécies nativas acelerando o processo de regeneração da floresta na Aldeia da Varzinha (Caraá) (625 mudas de espécies pioneiras e frutíferas por hectare em espaçamento 4m x 4m + 125 mudas de erva-mate em espaçamento 9m x 9m);

02 hectares de erva-mate em consórcio agroflorestal na Terra Indígena do Campo Molhado (Barra do Ouro) (espaçamento de 4m x 2m - 1.250 plantas por ha - mais 88 mudas de espécies florestais nativas com espaçamento de 9m x 12,5 m).

02 hectares de pomar agroflorestal biodiverso na Terra Indígena do Campo Molhado (Barra do Ouro) (625 mudas de frutíferas nativas por hectare em espaçamento 4m x 4m);

02 hectares de pomar agroflorestal biodiverso aldeia Pindoty (Riozinho) (625 mudas de frutíferas nativas por hectare em espaçamento 4m x 4m);

02 hectares de erva-mate em um consórcio agroflorestal na aldeia Pindoty (Riozinho) (800 mudas de erva-mate por hectare para enriquecer capoeira em estágio médio de regeneração);

02 hectares de área degradada na aldeia de Canguçu, em antiga área de monocultivo de acácia, para estágio inicial de sucessão florestal (1250 mudas de espécies pioneiras por hectare em espaçamento 4m x 2m);

02 hectares de pomar agroflorestal biodiverso na aldeia Canguçu e meliponicultura de Jataí (625 mudas de frutíferas nativas por hectare em espaçamento 4m x 4m);

- Resultado 02: Revitalização de um Viveiro Comunitário na aldeia *Guajaivi Poty*, Canguçu.

- Resultado 03: Impulsionar o artesanato guarani para comercialização e agricultura de subsistência nos acampamentos do Irapuá e Aceguá.

- Resultado 04: Elaborar um Diagnóstico Socioambiental das Aldeias do Caraá, Riozinho, Campo Molhado e de Canguçu (os dados coletados durante a execução do projeto serão utilizados para um diagnóstico entre a conservação de espécies e ambientes locais e a soberania e segurança alimentar, nutricional, energética e hídrica da comunidade, sendo subsídio importante para construção futura dos Planos de Gestão Territoriais e Ambientais dessas Terras Indígenas).

Cronograma executivo

Atividades	Jan-Fev-Mar (2022)	Abr-Mai-Jun (2022)	Jul-Ago-Set (2022)	Nov-Out-Dez (2022)
Oficinas de planejamento, diagnóstico participativo nas comunidades Varzinha, Campo Molhado, Riozinho e Canguçu	X			
Preparo dos solos, roçada e limpeza das áreas e plantio de adubação verde		X		
Ações de fortalecimento do artesanato, agricultura e soberania alimentar em Irapuá e Aceguá		X		
Oficina de manejo agroflorestal e plantio de espécies florestais nativas nas comunidades Varzinha, Campo Molhado, Riozinho e Canguçu			X	
02 Encontros de trocas de experiência e avaliação do projeto; finalização dos relatórios e entrega dos produtos				X
Atividades de monitoramento pela equipe e pelos caciques e lideranças	X	X	X	X
Elaboração dos Diagnósticos Socioambientais	X	X	X	X

Orçamento

Reposição Florestal Obrigatória								
Rubricas	Descrição da Rubrica	Indicadores	Quantidade	Descrição	Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	Execução do projeto e Gestão Administrativa							36,64%
1.1	Equipe Multidisciplinar							R\$ 150.000,00
1.1.1	Gestor(a) administrativa	Coordenação administrativa	1	profissional	12	meses	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
1.1.2	Engenheiro Agrônomo (a)	Manejo Ecológico dos Solos e Agrofloresta	1	profissional	12	meses	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
1.1.3	Biólogo/ Especialista em Ecologia	Manejo Agroflorestal e Meliponicultura	1	profissional	12	meses	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
1.1.4	Consultor (a) em Etnoecologia e Diagnósticos Socioambientais	Redação do texto, Transcrição das	1	profissional	12	meses	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
1.1.5	Cientista social/antropólogo (a)	Oficinas e Diálogo Intercultural	1	profissional	12	meses	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
1.2	Administração do projeto							R\$ 12.300,00
1.2.2	Contabilidade	Escritório de Contabilidade	1	mensalidade	12	meses	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
1.2.3	Material de escritório e impressão	Custos de rotina de escritório	1	mensalidade	12	meses	R\$ 325,00	R\$ 3.900,00
1.2.4	Taxas administrativas	Taxas bancárias, cartório e burocracia	1	mensalidade	12	meses	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
	subtotal							R\$ 162.300,00
2	Etapa 1: Apresentação do projeto e planejamento participativo nas aldeias							7,22%
2.1	Organização das oficinas							R\$ 24.800,00
2.1.1	Pernoite e alimentação da equipe	Despesas de alojamento e base de apoio para os dias de campo e alimentação	4	aldeias/oficinas	15	diárias	R\$ 150,00	R\$ 9.000,00
2.1.2	Gasolina	Custos com gasolina para deslocamentos da equipe	4	oficinas	4	tanques	R\$ 250,00	R\$ 4.000,00
2.1.3	Deslocamento da equipe	Aluguel de carro	1	oficina	5	diárias	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
2.1.4	Alimentação	Almoço e café com a comunidade	4	oficinas	3	dias	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
2.1.5	Apoio às cozinheiras	Pagamento de diárias para 2 cozinheiras da comunidade	4	oficinas	6	diárias	R\$ 150,00	R\$ 3.600,00
2.2	Análise das informações e diagnóstico socioambiental							R\$ 7.200,00
2.2.1	Análise química do solo	Realização de análise química do solo	4	aldeias	15	análises	R\$ 60,00	R\$ 3.600,00
2.2.2	Consultoria em geoprocessamento	Contração de serviço de elaboração de mapas	1	profissional	8	mapas	R\$ 450,00	R\$ 3.600,00
	subtotal							R\$ 32.000,00
3	Etapa 2: Preparo das áreas e ações para Irapuá e Aceguá							22,75%
3.1	Insumos e ferramentas							R\$ 65.520,00
3.1.1	Ferramentas de uso coletivo	Compra de roçadeira, motosserra, esmilril, pás, enxadas	4	aldeias	1	conjunto	R\$ 5.000,00	R\$ 20.000,00
3.1.2	Calcário Dolomítico	Compra de Calcário Dolomítico	4	aldeias	8	toneladas	R\$ 160,00	R\$ 5.120,00
3.1.3	Adubo Orgânico	Compra de Cama de Aviário Orgânico	4	aldeias	8	toneladas	R\$ 650,00	R\$ 20.800,00
3.1.4	Adubo Fosfatado e Potássio	Compra de Adubos Fósforo e Potássio	300	kg	4	aldeias	R\$ 8,00	R\$ 9.600,00
3.1.5	Adubação Verde	Compra de sementes de adubação verde de inverno	100	kg	4	aldeias	R\$ 10,00	R\$ 4.000,00
3.1.6	Transporte dos insumos	Pagamento de frete	4	aldeias	1	carregamento	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00
3.2	Apoio às atividades de campo							R\$ 22.800,00
3.2.1	Gasolina	Custos com gasolina para deslocamentos da equipe	20	visitas	2	tanques	R\$ 250,00	R\$ 10.000,00
3.2.2	Deslocamento da equipe	Aluguel de carro	1	aldeia	5	diárias	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
3.2.3	Pernoite e alimentação da equipe	Despesas de alojamento e base de apoio para os dias de campo e alimentação	4	pessoas	3	diárias	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
3.2.4	Remuneração ajudantes indígenas	Apoio ao trabalho de preparo do solo	5	pessoas	20	diárias	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
3.3	Ações no Irapuá e Aceguá							R\$ 12.440,00
3.3.1	Material para Artesanato	Compra de Material para Artesanato	2	aldeias	6	familias	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
3.3.2	Cestas Básicas	Compra de cestas básicas	12	Familias	1	cesta	R\$ 170,00	R\$ 2.040,00

Orçamento

Reposição Florestal Obrigatória									
Rubricas	Descrição da Rubrica	Indicadores	Quantidade	Descrição	Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	
3.3.3	Sementes variadas	Compra de sementes para roças	250	kg	2	aldeias	R\$ 8,00	R\$ 4.000,00	
3.3.4	Deslocamento da equipe	Aluguel de carro	2	oficinas	1	diária	R\$ 200,00	R\$ 400,00	
3.3.5	Gasolina	Custos com gasolina para deslocamentos da equipe	2	visitas	3	tanques	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00	
	<i>subtotal</i>							R\$ 100.760,00	
4	Etapa 3: Oficinas práticas de plantio agroflorestal e fortalecimento dos produtos da sociobiodiversidade								28,06%
4.1	Material para plantio e meliponicultura								R\$ 89.500,00
4.1.1	Mudas de espécies arbóreas	Compra de mudas florestais nativas	7000	mudas	-	-	R\$ 10,00	R\$ 70.000,00	
4.1.2	Mudas de erva-mate	Compras de mudas de erva-mate	4000	mudas	-	-	R\$ 3,00	R\$ 12.000,00	
4.1.3	Sementes de milho	Compra de sementes de milho para roças	300	kg	-	-	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00	
4.1.4	Sementes e Ramas variadas	Compra de sementes de feijão, melancia, ramas de mandioca	4	aldeias	1	conjunto	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00	
4.1.5	Material para Meliponicultura	Caixas racionais (padrão INPA), com enxames e vazias, insumos instalação e manejo	1	aldeia	1	conjunto de materiais	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	
4.2	Organização das oficinas								R\$ 34.800,00
4.2.1	Pernoite e alimentação da equipe	Despesas de alojamento e base de apoio para os dias de campo e alimentação	4	aldeias/oficinas	15	diárias	R\$ 150,00	R\$ 9.000,00	
4.2.2	Gasolina	Custos com gasolina para deslocamentos da equipe	4	oficinas	4	tanques	R\$ 250,00	R\$ 4.000,00	
4.2.3	Deslocamento da equipe	Aluguel de carro	1	oficina	5	diárias	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00	
4.2.4	Alimentação	Almoço e café com a comunidade	4	oficinas	3	dias	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00	
4.2.5	Apoio às cozinheiras	Pagamento de diárias para 2 cozinheiras da comunidade	4	oficinas	6	diárias	R\$ 150,00	R\$ 3.600,00	
4.2.6	Remuneração ajudantes indígenas	Apoio ao trabalho de campo e plantio das mudas	5	pessoas	20	diárias	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00	
	<i>subtotal</i>							R\$ 124.300,00	
5	Etapa 4: Encontros de trocas de experiência e avaliação do projeto								5,33%
5.1	Encontro aldeias do Litoral Norte								R\$ 7.100,00
5.1.1	Pernoite e alimentação da equipe	Despesas de alojamento e base de apoio para os dias de campo e alimentação	5	pessoas	2	diárias	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00	
5.1.3	Gasolina	Custos com gasolina para deslocamentos da equipe	1	oficinas	4	tanques	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00	
5.1.4	Alimentação	Almoço e café com a comunidade	1	aldeias/oficinas	2	dias	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00	
5.1.5	Apoio às cozinheiras	Pagamento de diárias para 2 cozinheiras da comunidade	1	aldeias/oficinas	2	diárias	R\$ 200,00	R\$ 400,00	
5.1.6	Deslocamento Visitantes	Deslocamento famílias para a aldeia anfitriã	1	aldeias/oficinas	1	transporte	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	
5.2	Encontros das aldeias da região Sul								R\$ 9.400,00
5.2.1	Pernoite e alimentação da equipe	Despesas de alojamento e base de apoio para os dias de campo e alimentação	5	pessoas	4	diárias	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00	
5.2.2	Deslocamento da equipe	Aluguel de carro	1	aldeia/oficina	4	diárias	R\$ 200,00	R\$ 800,00	
5.2.3	Gasolina	Custos com gasolina para deslocamentos da equipe	1	oficina	4	tanques	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00	
5.2.4	Alimentação	Almoço e café com a comunidade	1	aldeia/oficina	2	dias	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00	

